

EXTENSIVO

Ministério Público Estadual
Promotor(a) de Justiça

Legislação Disponível
Vadinhos

TRIBUNAL
DO
JÚRI



LISTA DE VADINHOS (MP)

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público

DIREITO AMBIENTAL

1. Código Florestal
2. Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001.
3. Lei do Parcelamento do Solo
4. Lei de Regularização Fundiária
5. Lei nº 9.985/2000 (SNUC)
6. Lei de Recursos Hídricos
7. Lei de Resíduos Sólidos

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Decreto Lei do Tombamento.
2. Estatuto da Metrópole.
3. Estatuto das Estatais.
4. Decreto nº 201/1967 – Prefeitos e Vereadores .
5. Lei de Acesso à Informação.
6. Lei das Organizações Sociais.
7. Lei das OSCIP.
8. Lei das PPP's.
9. Lei dos Consórcios Públicos.
10. Planos de Saúde.
11. Lei de Improbidade Administrativa.
12. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

DIFUSOS E COLETIVOS

1. Lei de Registros Públicos
2. Lei Anticorrupção Empresarial
3. Estatuto da Igualdade Racial.
4. Lei da ACP - Ação Civil Pública.
5. Lei do Habeas Data.
6. Lei da ação popular
7. Lei do MI - Mandado de Injunção.
8. Lei do MS - Mandado de Segurança.
9. Lei do SUS - Sistema Único de Saúde.



10. Lei de Assistência Social.
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
12. Lei do SUS.
13. Decreto População em Situação de Rua

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Código de Defesa do Consumidor – CDC.
2. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC.

DIREITO ELEITORAL

1. Código Eleitoral.
2. Lei das Eleições.
3. Lei das Inelegibilidades.
4. Lei dos Partidos Políticos.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

1. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
2. Provimento 118 de 2021 - Audiências concentradas.
3. Resolução 109 de 2009 - Serviços socioassistenciais - Conanda.
4. Resolução 113 – Conanda.
5. Resolução 214 do CONANDA.
6. Sistema de Garantias - Lei nº 13.431 de 2017.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

1. LINDB - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
2. Código Civil – 2002.
3. Estatuto da Pessoa Idosa.
4. Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPCD.
5. Lei de Alienação Parental.
6. Lei de Alimentos.
7. Lei de Alimentos Gravídicos.
8. Lei de Regularização Fundiária (REURB).
9. LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados.
10. Lei de Falência e Recuperação Judicial/extrajudicial.
11. Lei do Bem de Família.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Novo Código de Processo Civil – NCPC.



2. Juizados Especiais Cíveis - Lei 9.099/95.
3. Lei do Processo Eletrônico.
4. Resolução 345 CNJ - Juízo 100 digital.
5. Resolução 372 CNJ - Balcão virtual.

DIREITOS HUMANOS

1. CADH e seus Protocolos Facultativos
2. Convenção da ONU Contra Tortura
3. Convenção da OEA contra Tortura
4. Convenção de Belém do Pará
5. Convenção de Nova York (Pessoas com Deficiência)
6. Convenção Interamericana contra o racismo
7. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial
8. Tratado de Marraqueche
9. DUDH
10. PIDCP
11. PIDESC.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição Federal de 1988.
2. Lei da ADI, ADC, ADO.
3. Lei da ADPF.
4. Lei da Súmula Vinculante.
5. Lei de Crimes de Responsabilidade

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. Crimes contra a Economia Popular
2. Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional
3. Crimes contra a ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo
4. Código Penal - Parte Geral e Especial.
5. Lei de Crimes Ambientais.
6. Crimes de Trânsito.
7. Lei de Drogas.
8. Lei Maria da Penha.
9. Estatuto do Desarmamento.
10. Lei Antimanicomial.
11. Lei de Tortura.
12. Lei de Crimes de Preconceito.
13. Lei de Crimes Hediondos.
14. Lei de Organização Criminosa.



15. Nova Lei de Abuso de Autoridade.
16. Lei de Lavagem de Dinheiro.
17. Lei de Contravenções Penais – LCP.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

01. Código de Processo Penal - CPP.
02. Juizados Especiais Criminais - Lei nº 9.099/95.
03. Lei de Interceptação Telefônica.
04. Lei de Prisão Temporária.

EXECUÇÃO PENAL

1. LEP - Lei de Execução Penal.

TRIBUTÁRIO

1. Código Tributário